



ESTADO DE GOIÁS
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA



Ofício nº 10/19 – DP

Goiânia, 07 de fevereiro de 2019.

**A Sua Excelência o Senhor
ANDERSON MÁXIMO DE HOLANDA
Secretário de Estado da Casa Civil
Palácio Pedro Ludovico Teixeira
Rua 82, nº 400, 8º andar, Setor Sul
74015-908 - Goiânia-GO**

Recebemos em 13/02/19 Ass. 10.000
Assinatura

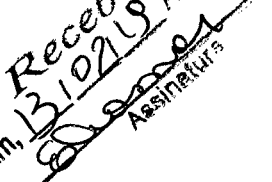
Senhor Secretário,

De ordem do Senhor Presidente, Deputado Lissauer Vieira, e em atendimento ao Ofício nº 40/SECC, de 29 de janeiro de 2019, dessa Secretaria de Estado da Casa Civil, estamos retornando a essa Secretaria os projetos de lei a que se referem os Ofícios Mensagens nºs **166/2015**, de 11 de dezembro de 2015, autuado como Processo Legislativo nº 2015004202, que altera as Leis nºs 10.460, de 22 de fevereiro de 1988, 13.909, de 25 de setembro de 2001, 17.257, de 25 de janeiro de 2011, 18.067, de 12 de julho de 2013, 18.357, de 30 de dezembro de 2013, e 15.949, de 29 de dezembro de 2006, e dá outras providências; **77/2015**, de 20 de julho de 2015, autuado como Processo Legislativo nº 2015002522, que introduz alterações no texto da Lei nº 8.000, de 25 de novembro de 1975, que dispõe sobre os critérios e as condições de promoção dos oficiais da ativa da Polícia Militar do Estado de Goiás e dá outras providências; **93/2015**, de 1º de setembro de 2015, autuado como Processo Legislativo nº 2015002941, que altera a Lei nº 15.704, de 20 de junho de 2006, que institui o Plano de Carreira de Praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás, e dá outras providências; **169/15**, de 11 de dezembro de 2015, autuado como Processo Legislativo nº 2015004206, que altera a Lei Complementar nº 58, de 4 de julho de 2006, que dispõe sobre a organização da Procuradoria-Geral do Estado e dá outras providências; **75/2016**, de 15 de junho de 2016, autuado como Processo Legislativo nº 2016001885, que altera a Lei nº 17.475, de 21 de novembro de 2011, que dispõe sobre o novo padrão de serviços e atendimento, disciplina o Serviço Integrado de Atendimento ao Cidadão –Vapt Vupt– e dá outras providências; **99/2016**, 04 de agosto de 2016, autuado como Processo Legislativo nº 2016002397, que institui a Política Estadual de Atendimento Psicológico às Vítimas de Alienação Parental no âmbito do Estado de Goiás; **150/2016**, de 27 de outubro de 2016, autuado como Processo Legislativo nº 2016003155, que institui o Código de Ética Profissional do Agente Público Civil do Poder Executivo Estadual e dá outras providências; **162/2016**, de 29 de novembro de 2016, autuado como Processo Legislativo nº 2016003430, que modifica dispositivo da Constituição Estadual e dá outras providências; **136/2017**, de 16 de agosto de 2017, autuado como Processo Legislativo nº 2017003066, que altera o § 1º do art. 107 da Constituição Estadual; **54/2017**, de 05 de



maio de 2017, autuado como Processo Legislativo nº 2017001662, que autoriza a abertura de crédito especial ao Fundo de Fomento à Mineração – FUNMINERAL, no valor de R\$ 16.800.000,00; **139/2017**, de 18 de agosto de 2017, autuado como Processo Legislativo nº 2017003101, que altera a Lei nº 10.460, de 22 de fevereiro de 1988, na parte que especifica; **221/2017**, de 28 de novembro de 2017, autuado como Processo Legislativo nº 2017004801, que dá denominação ao próprio público que especifica; **224/2017**, de 29 de novembro de 2017, autuado como Processo Legislativo nº 2017004957, que dispõe sobre a criação e estruturação da carreira de Procurador Autárquico do Estado de Goiás e dá outras providências; **254/2017**, de 18 de dezembro de 2017, autuado como Processo Legislativo nº 2017005206, que faculta a reversão de saldo financeiro dos Fundos Especiais dos Poderes e órgãos autônomos ao Tesouro Estadual; **126/2018**, de 16 de agosto de 2018, autuado como Processo Legislativo nº 2018003657, que revoga o art. 22 da Lei Complementar nº 144, de 24 de julho de 2018, a qual institui a Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Administração Estadual (CCMA), estabelece medidas para a redução da litigiosidade no âmbito administrativo e perante o Poder Judiciário e promove modificações na Lei Complementar nº 58, de 4 de julho de 2006; e dos Ofícios nºs **672/2018**, de 17 de setembro de 2018, autuado como Processo Legislativo nº 2018004174, que indica o nome de Marcos Antonio Cunha Torres, para compor o Conselho Estadual de Educação; **671/2018**, de 17 de setembro de 2018, autuado como Processo Legislativo nº 2018004175, que indica o nome de Maria Euzébia de Lima, para compor o Conselho Estadual de Educação, como Representante do Fórum Estadual de Educação; **689/2018**, de 02 de outubro de 2018, autuado como Processo Legislativo nº 2018004410, que indica o nome de Antonio Cappi, Iara Barreto, Sebastião Donizete de Carvalho, Raph Gomes Alves, Eduardo Mendes Reed, Marcelo Ferreira de Oliveira, Maria Olinda Barreto, Sebastião Lazaro Pereira e Paola Regina Carloni, para ocupar o Conselho Estadual de Educação; e **713/2018**, de 29 de outubro de 2018, autuado como Processo Legislativo nº 2018004811, que indica o nome de Raquel Figueiredo Alessandri Teixeira, Liliane Moraes Batista de Sá e Maria do Carmo Ribeiro Abreu, para ocupar o Conselho Estadual de Educação.


LUIS CESAR BUENO E FREITAS
Diretor Parlamentar

Recebemos
Em, 13/02/19 Ass. 10.00

ASSINATURA

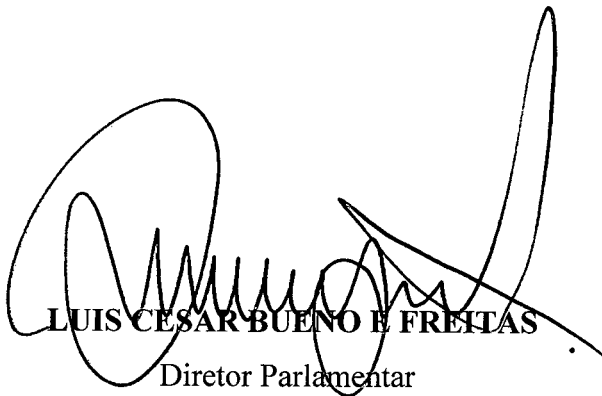


ESTADO DE GOIÁS
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA



Goiânia, 13 de fevereiro de 2019.

Encaminhe-se para arquivamento, depois de gravada a sua
tramitação no Sistema de protocolo.



LUIS CESAR BUENO E FREITAS
Diretor Parlamentar